

A Educação Física no Brasil em Face dos Interesses do Estado

INEZIL PENNA MARINHO

II

O artigo do Técnico de Educação, INEZIL PENNA MARINHO, que há muito colabora na "Revista do Serviço Público", é o segundo do mesmo título. O histórico que aqui apresenta do progresso dos conceitos e métodos da educação física no Brasil, registrando as fases principais por que passou, merece cuidadoso e concentrado exame pelos bons ensinamentos e até mesmo pelas advertências que contém. Estudioso do assunto, dotado de excelente capacidade de pesquisa e de competente interpretação de dados, reúne o autor em seus trabalhos, a par de uma exposição clara e convincente, uma coletânea de informações cujo valor não pode ser aquilutado pelo volume físico da obra. Quando retrata a figura do "homem forte", do ginasta formado pela antiga escola da "forma" em que a estrutura muscular suplantava a disciplina mental, o faz com extraordinária sobriedade, mas realça de tal modo os vícios daquele regime de treinamento que o leitor, insensível e automaticamente, concorda com suas idéias e repele o método que êle condena.

Mostra, por exemplo, os malefícios da chamada "saúde pela força". Nesse terreno, recorre até às palavras de Jorge de Moraes quando veementemente se manifestava, na Câmara Federal, em 1905, contra a difusão, no Brasil, do processo alemão de preparo físico, pelo qual se verifica a fadiga prematura e o desenvolvimento parcelado de grupos de músculos, o que é prejudicial

ao conjunto harmônico e são do maquinismo humano.

A tese que, nas entrelinhas do trabalho, defende o Técnico Inezil Penna Marinho, é a que está consubstanciada na tendência para dar maior relevo aos exercícios nos espaços amplos, sem auxílio de aparelhos fixos ou equipamentos mecânicos, com notáveis tentativas no sentido de impor ao país a nacionalização de seus planos de educação física.

O que mais se ressalta, porém, deste artigo são os aspectos históricos. Estes constituem, de fato, a maior preocupação do autor. Inicia com a crítica ao comportamento e às falhas pedagógicas da Academia Enéias Campelo, de 1902, e passando por Higgins e seu manual, publicado na mesma época, atinge o clímax com a criação, em janeiro de 1937, pela Lei n.º 378, da Divisão de Educação Física, no Ministério da Educação e Saúde, seguida da instituição do Curso Especial de Educação Física, em 3 de março de 1939, no Piauí; da Escola Nacional de Educação Física, na Universidade do Brasil, em 17 de abril do mesmo ano; da Escola de Educação Física, em 1941, no Rio G. do Sul, do Curso Normal de Educação Física, em março de 1942, em Pernambuco, e da Escola de Educação Física, em julho do mesmo ano, no Paraná, adotando todas o método calistênico estipulado pelo Regulamento Geral de Educação Física, de abril de 1932, que é, afinal, o Règlement Général de Education Physique — Methode Français.

CONCEITOS E MÉTODOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOMINANTES NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XX, ATÉ A ADOÇÃO OFICIAL DO MÉTODO FRANCÊS

DURANTE o início do século XX, o conceito de educação física que predominou aqui no Brasil foi puramente anatômico. Por essa época fixaram-se entre nós muitas academias e institutos de cultura física, cujos dirigentes, em sua maioria, adotaram os métodos culturistas então em grande evidência (Triat, Desbonnet, Attila, Sadow, Mercier, Prachet, Ruffier, Muller, Heckel,

Werdenschlag, etc.), procurando recomendar-se pelo seu hipertrofiamento muscular. Predominava a idéia de desenvolver a força, de aumentar o volume dos músculos, sem qualquer consideração de ordem fisiológica. O proprietário do instituto ou academia denominava-se professor de cultura física e o cuidado era apenas com a forma e nunca com a função, só com o músculo e jamais com o cérebro. Assim, o professor de antanho se recomendava pelo desenvolvimento muscular exagerado, inarmonioso, mas de volume assustador; não se concebia um professor de constituição normal; o que conceituava o mestre era o hipertrofiamento

muscular, a sua habilidade no manejo de certos aparelhos e a agilidade nos saltos acrobáticos.

O regime de trabalhos era o mesmo para todos os candidatos e estes ou se tornavam fortes ou não resistiam por mais de um mês aos exercícios. No Rio de Janeiro, uma academia existiu que se tornou célebre pela sua freqüência e até fabricação de aparelhos: a Academia Enéias Campelo, fundada em 1908 e que perdura até quase nossos dias.

E, como não poderia deixar de suceder, tivemos uma forte reação, mais tarde, contra esse exagerado conceito anatômico.

Vejamos, porém, os documentos da época.

Arthur Higgins, em 1902, dá publicidade ao seu "Manual de Ginástica Higiênica", (1) onde a ginástica é dividida em quatro ramos: higiênica, educativa, recreativa e médica. Vêm depois: "Preceitos higiênicos — Método a seguir — Halteres ou Biboletes", (2) o último capítulo é "Barra com esferas (maromba)". (3) Esse livro foi aprovado pelo Conselho Superior de Instrução a 28 de janeiro do ano referido. E' interessante atentar para a divisão que Higgins propõe para a ginástica, que não temos nenhuma dúvida em considerar bastante justificável e que denota muito progresso doutrinário para a época. Higgins foi, na verdade, um dos grandes batalhadores de então para que se pensasse um pouco na educação física da nossa criança.

No ano seguinte, Maria da Glória Fernandez apresenta à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, uma tese intitulada "Da educação, sob o ponto de vista da higiene pedagógica". (4) Assim se expressa: "A higiene pedagógica ocupa-se com a saúde mental, a higiene escolar propriamente dita, com a saúde física ou corpórea. Ambas devem ser atendidas na educação e na instrução (5) para que o corpo esteja sempre em proporção com o desenvolvimento intelectual.

Em 1905, aparece um interessante livro de autoria do capitão de artilharia Domingos do Nascimento: "Homem Forte", (6) publicado sob os

auspícios do Exmo. Sr. Dr. Vicente Machado, Presidente do Estado do Paraná". Divide-se o trabalho em quatro partes que são:

I — Ginástica doméstica, compreendendo três capítulos (sob este título o autor estende a ginástica individual, feita em casa);

II — Natação, comportando dois capítulos (o primeiro sobre preliminares e o segundo dividido em duas partes: "exercícios em sêco" e exercícios nágua, meios de nadar);

III — Esgrima de espada, encerrando três capítulos;

IV — Tiro ao alvo, subentendendo dois capítulos".

Discorrendo sobre o assunto mostra os malefícios da saúde pela força, a real importância dos desportos, os princípios fisiológicos de uma educação consoante Demeny, o desporto como coroaamento deste trabalho e, apesar de achar certas vantagens no método sueco, prefere a ginástica doméstica de Schreber.

A 21 de setembro desse ano de 1905, o Dr. Jorge de Moraes, deputado pelo Estado de Amazonas, pronunciou na Câmara, a fim de justificar o projeto que apresentava, um memorável discurso, (7) durante o qual foi bastante apertado.

Jorge de Moraes condena veementemente a difusão do método alemão entre nós nos seguintes termos:

"Daí condenar de uma maneira absoluta a prática espalhada por todo o Brasil do antigo método ginástico alemão. Tal agonística com os aparelhos fixos determina uma fadiga prematura, sensação de esgotamento, abusando dos exercícios de suspensão, e apoio, produzindo um desenvolvimento parcelado de grupos de músculos, completamente prejudicial ao conjunto harmônico e são do maquinismo humano.

São exercícios de suspensão que estudos muito bem feitos de anatomia comparada por Lagrange mostram servir em toda linha para os quadrúmanos e não ao homem; são exercícios ginásticos que servirão para preparo de acrobatas, mas absolutamente não servem, repito, quando se tenha o intuito de um desenvolvimento harmônico e são da máquina animal".

Após combater o método alemão, o deputado amazonense mostra as suas simpatias pelo método sueco e apregoa a necessidade de espaços amplos e ar livre:

"Evidencia-se a superioridade do método sueco pela sua extensão prática, pois serve a ambos os sexos, a todas as idades e constituições orgâni-

(1) HIGGINS, A. — *Manual de Ginástica Higiênica* (Para uso sem necessidade de professor, das pessoas de vida sedentária, de constituição débil, fraca, anêmica, de sangue impuro, obesas, dispépticas, nervosas, etc., de um e outro sexo, de oito a cinquenta anos de idade) Ilustrado com figuras explicativas, Capital Federal, 1902, Biblioteca Nacional.

(2) Acompanhamento de 4 séries contendo 32 "exercícios com biboletes".

(3) Seguido de três séries com 20 destes exercícios.

(4) FERNANDES, M.G. — *Da educação, sob o ponto de vista da higiene pedagógica* — Tese — Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1903, Biblioteca Nacional, III — 407-2-4.

(5) E' interessante assinalar que o autor já estabelecia diferença entre instrução e educação.

(6) NASCIMENTO, D. — *Homem Forte* — Ginástica, Natação, Esgrima, Tiro ao Alvo, Escola de Educação Física, 134 gravuras — Curitiba, 1900, Biblioteca Nacional, III-112-4-5.

(7) *Educação Física* — Discurso proferido pelo Dr. JORGE DE MORAIS, deputado pelo Estado do Amazonas, na sessão de 21 de setembro de 1905 e parecer apresentado à Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados pelo Dr. AFONSO COSTA — Mandados imprimir por um grupo de amigos, Manaus, 1906, Biblioteca da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde.

cas. É um método ginástico que parece comprovar a idêntica origem da medicina e da ginástica, pois dêle se originou toda a mecanoterapia moderna.

No entanto, a senda aberta, pela ciência, sobre este assunto mostra que o problema da educação física é incompleto, quando se reserva tudo para a parte proposta à palestra. A tendência moderna consiste em dar o maior desenvolvimento aos exercícios nos espaços amplos e ao ar livre".

O projeto de Jorge de Moraes propunha a criação de duas escolas de Educação Física, uma civil e outra militar, estado de coisas a que só conseguimos chegar em 1939.

Em 1907, alguém oculto sob o pseudônimo de O.D.C. publica "O Guia do Capoeira ou Ginástica Brasileira", (8) que trata do seguinte: "Posições — Negaças — Pancadas simples — Defesas relativas e Pancadas afiançadas".

Esse livro é uma tentativa de nacionalização da ginástica, aproveitando algo de genuinamente nosso como sói ser a capoeiragem.

A primeira influência americana parece ter surgido em 1908. Em março desse ano, Antônio Monteiro de Souza, professor do Curso de Educação Física anexo à Diretoria-Geral de Instrução Pública do Estado do Amazonas, dá à publicidade a primeira preleção com a qual instalara o referido Curso perante o professorado primário da cidade de Manaus". (9) Diz ele:

"Nos Estados Unidos a educação em geral tem sofrido um aperfeiçoamento inexcelável, como em nenhum outro país. A Educação Física, ali, tomou por isso um caráter que ainda não pode ser igualado por nenhuma outra nação. A Inglaterra, que consideramos o país clássico da Educação Física, notando o grande desenvolvimento, com assombroso progresso do jovem povo, enviou uma comissão competente, nomeada pelo governo, para estudar as causas desse rápido progresso. Essa comissão, diz-nos o professor Ângelo Mosso, declarou em seu relatório, sem reticências, que os americanos possuíam a arte, a ciência de formar um povo e que era a essa ciência que deviam sua grandeza".

E mais adiante:

"Aqui, admirável povo não tem um sistema exclusivo de Educação Física, não há uma ciência oficial. O país da liberdade individual, da iniciativa privada, ensina todos os métodos, aplicando-os convenientemente no que cada um tem de melhor ou mais convenha a cada indivíduo em particular. No regulamento das universidades estão prescritas as horas que os estudantes têm para exercitar-

se no ginásio ou nos campos de jogos e, quando o estudante se matricula, tem que se submeter ao exame do método e do professor de ginástica. Estes redigem sua folha biológica, indicando os exercícios que lhe convém".

E assim conclui as suas impressões sobre os Estados Unidos, onde fôra fazer um curso de aperfeiçoamento:

"Para o viajante brasileiro, é um espetáculo curioso e novo o que oferecem os parques públicos e campos relvados das cidades americanas, nos dias de primavera, nas tardes e manhãs de verão. Milhares de crianças, moços e até homens maduros, numa alegria sadia e forte se divertem no jogo da péla e outros.

No Central Park de New York, tive muitas vezes ensejo de, vendo o modo pelo qual esse povo se diverte, comparar a sua alegria ativa e inofensiva com a grave atitude da nossa juventude e o bem educado das nossas crianças. Vi e pensei, que nós precisamos aprender muito, até a brincar!"

Em 1910, o Dr. Epaminondas Vilela dos Reis apresenta à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a tese "Educação Física da Infância e da Mulher", (10) versando sobre esta matéria: "Introdução — A circulação e o exercício — A respiração e o exercício — O ar livre e o exercício — O prazer e o exercício". Diz o autor: "O exercício para preencher por completo os fins higiênicos, na infância, deve ser recreativo e produzir alegria na criança, (11) para os centros nervosos desta é o prazer um excitante necessário. (12)

Esse trabalho nos auxilia a acompanhar a evolução que se estava processando no sentido de dar à criança mais atividade física sintética do que analítica, forma de trabalho então predominante e que ainda encontra em nossos dias ferrenhos defensores, que insistem em negar à criança o direito de querer o que fazem, um pouco de alegria, um riso espontâneo e franco.

Arthur Higgins publica em 1911 uma segunda edição do seu "Compêndio de Ginástica Escolar", (13) refundida e ilustrada, agora com 222 páginas. E ele também demonstra ter evoluído dedicando maior atenção ao que chama *ginástica*

(10) REIS, E. V. — *Educação Física da Infância e da Mulher* — Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1910, "Biblioteca Nacional" — III-347-6-24; 15-4-20.

(11) Influência de PESTALOZZI — V. as obras *Leonardo Y Gertrudes* — Tradução del alemán por Eduardo Ovejero, Daniel Jorro, Editor Madrid, 1913 e *Como enseña Gertrudes a sus hijos* — Traducción del alemán de Lorezo Luzuriaga, "Ediciones de La Lectura Segunda Edición".

(12) V. a respeito a definição de CLAPARÈDE: *Educação Funcional é aquela que toma a necessidade da criança, seu interesse por alcançar um fim, como preparação da atividade que se deseja despertar nela.* EDOUARD CLAPARÈDE — *Educação Funcional* — Companhia Editôra Nacional — São Paulo, 1940, pág. 1.

(13) HIGGINS, A. — *Compêndio de Ginástica Escolar* (Método Sueco Belga) Constando de Noções Teóricas, Ginástica Sistemática livre. Jogos Ginásticos, Ginástica

(8) *Guia do Capoeira ou Ginástica Brasileira* — Oferecido por O.D.C. à distinta mocidade, Livraria Nacional — Rio de Janeiro, 1907, "Biblioteca Nacional" — V. 267-1-4 — n.º 16.

(9) SOUZA, A. M. — *Educação Física — Abertura de Curso* — Tip. e Livraria Ferreira Pena de J. Renaud & Cia. Manaus, 1908, Biblioteca do Dr. Leite de Castro.

recreativa. O autor resume neste volume os três seguintes livros:

I — Noções teóricas indispensáveis aos profissionais;

II — Ginástica sistemática livre;

III — Ginástica recreativa.

O autor afirma que o seu compêndio é a expressão do método sueco-belga.

1913 assinala um movimento renovador no nosso Exército (14), introduz-se o sorteio militar, a instrução física passa a ser diária e a respectiva regulamentação é calcada no método alemão.

Nas Associações Cristãs de Moços do Rio de Janeiro, fundada em 1893, de São Paulo, fundada em 1903, e de Pôrto Alegre, fundada em 1901, a calistenia se vai enraizando, sendo daí levada para o Estado de Minas Gerais, onde é adotada oficialmente.

Fernando de Azevedo, lente substituto de latim no Ginásio Mineiro, de Belo Horizonte, publica "A Poesia do corpo ou a Ginástica Escolar", (15) tese com que concorre ao provimento da cadeira de "Ginástica e Educação Física" do mesmo estabelecimento. O autor consagra na segunda parte um capítulo ao método de Ling e exalta o seu valor e supremacia como sistema educativo.

Nesse mesmo ano, há que assinalar o livro "Jogos Ginásticos para uso das Escolas", (16) de Estevam Lange Adrien e José Campos Camargo, contendo um grande número de jogos infantis.

Em 1919, o capitão de corveta Anfilóquio Reis, comandante do Batalhão Naval, publica "Manual de Ginástica a Corpo Livre", (17) impresso sob os auspícios do Ministério da Marinha e comportando 12 capítulos: I — Ginástica; II — Coeficiente de resistência; III — Conselhos preliminares; IV — Correta atitude do corpo; V — Maneira de executar os exercícios; VI — Banho; VII — Exercícios de respiração; VIII — Natação; IX — Ginástica com armas; X — Jogos; XI — Regras do Futebol; XII — Regras de Pólo Aquático.

No período de 1918 a 1920, a adoção dos regulamentos de origem alemã veio encontrar a Es-

cola Militar do Realengo ainda na fase de formação. Tais regulamentos tiveram então aplicação diária e obrigatória para todos os cadetes.

Em 1921, aparece a "Instrução Regulamentar de Ginástica", (18) adotada pelo Ministério da Marinha, com 40 partes e 156 figuras, demonstrando vários exercícios.

O ano de 1921 assinala a influência oficial da doutrina francesa no nosso Exército, influência essa que já fôra marcada no meio civil com o livro de Arnaldo Guinle e Mário Polo publicado em 1920, e que remontava à ação da Missão Militar Francesa junto à Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo.

Estudemos, agora, a infiltração do método francês no Brasil, embora ressalvemos de início que êsse método não era francês, porque não se aplicava a tódia a França, tendo mesmo mais adversários do que adeptos.

A Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo, que iniciara os seus primeiros passos em 1920, com a vinda da Missão Militar Francesa, sofre, em 1906, modificações que a tornam mais eficiente. Fica, nesta segunda fase de sua existência, constituída de duas partes distintas — uma seção de ginástica e outra de esgrima — dirigidas pelos Capitães da Missão Lamaitre e Balancier; o primeiro com o comando ainda de tódia a Escola. Adota-se o método sueco, com as alterações nêle introduzidas pela França para seu uso. No ano seguinte a Missão Militar Francesa funda na Força uma Sala de Armas, verdadeira origem da Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo, o mais antigo estabelecimento especializado de todo o Brasil. Em 1909 institui-se oficialmente a Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo, que nesse ano forma os seus primeiros "mestres de ginástica" e "mestres de armas". E essa Escola, por tradição e por convicção sempre seguiu a orientação francesa, mesmo depois do regresso da Missão Militar Francesa.

Arnaldo Guinle e Mário Polo publicam, em 1920, um "Guia Prática de Educação Física", (19) calcado nos princípios da Escola de Joinville-le-Pont. O livro compreende três capítulos e três anexos:

Capítulo I — Dos princípios fundamentais do método.

Capítulo II — Dos meios de execução e de verificação das sessões de trabalho.

Capítulo III — Resumo das condições para a instrução e organização preparatória de um grupo a formar.

(18) *Instrução Regulamentar de Ginástica* — Estado-Maior da Armada, Ministério da Marinha, Imprensa Naval — Rio de Janeiro, 1921, "Biblioteca Municipal" de São Paulo.

(19) *Guia Prática de Educação Física* — Calcado no método adotado no Centro de Instrução Física de Joinville-le-Pont — Rio de Janeiro, 1920, "Biblioteca do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo" — 796-G94g.

Sistemática com instrumentos e Ginástica em aparelhos suecos — Segunda edição, Refundida e ilustrada, Volume primeiro (Independente do Segundo) Ginástica primária — Rio de Janeiro, 1911, "Biblioteca Nacional" — III-302-3-24.

(14) Conhecido como o movimento dos jovens turcos.

(15) AZEVEDO, F. — *A Poesia do Corpo ou a Ginástica Escolar* — Sua história e seu valor — Belo Horizonte, 1915.

(16) *Jogos Ginásticos para uso das Escolas* — ESTEVAM LANGE ADRIEN e JOSÉ DE CAMPOS CAMARGO — Sociedade Anônima Casa Vanorden — São Paulo, 1915, "Biblioteca do Ministério da Educação e Saúde", 1-317-73.

(17) REIS, A. — *Manual de Ginástica a Corpo Livre* — Ministério da Marinha — Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1919, "Biblioteca Municipal de São Paulo".

Anexo I — Regras relativas à execução das provas — Ficha individual — Tabela.

Anexo II — Quadros dos elementos para composição das lições: Plano de treino — Nota para composição das lições — Exemplo das lições de diversos tipos.

Anexo III — Criação e organização dos estudos.

Como facilmente se poderá deduzir, o trabalho é excelente se atentarmos à época em que foi lançado.

Em 1921, o Ministère de la Guerre de la République Française publica o "Projet de Règlement Général d'Education Physique". (20) A primeira parte — "Education Physique Élémentaire-Enfance" foi aprovada pelo Ministro da Instrução Pública e das Belas Artes como complemento do "Manuel d'exercices physiques et de jeux scolaire". A segunda parte "Éducation physique Secondaire" também foi aprovada pelo Ministro da Instrução Pública e das Belas Artes e está dedicada aos jovens de 13 a 18 anos. A terceira parte — "Education physique Supérieure (Sportive et Athlétique)" é consagrada aos homens de 18 a 30 ou 35 anos. A primeira parte é impressa sob os auspícios da "Direction de l'Infanterie" e as duas últimas sob o patrocínio do "État-Major de l'Armée". Esta foi a tentativa oficial de que o método da Escola de Joinville-le-Pont se estendesse ao meio civil da França. Mas a reação foi muito intensa, como teremos oportunidade de verificar no próximo capítulo.

A 27 de abril de 1921, pelo Decreto número 14.784, (21) foi aprovado pelos Drs. Epitácio Pessoa e João Pandiá Calógeras, respectivamente Presidente da República dos E.U. do Brasil e Ministro de Estado da Guerra, o "Regulamento de Instrução Física Militar", destinado a todas as armas, e baseado no método de Hébert, adaptadas as teorias de Joinville — O Regulamento encerra o seguinte assunto: "Introdução — Regras gerais — O valor físico — Fim da instrução física militar — Terrenos de Treinamento ou estádios — Primeira parte — Instrução Física Militar — Capítulo I — Fins, princípios e organização da instrução física militar; Capítulo II — Programa e observações concernentes à execução do trabalho; Capítulo III — Composição das lições".

(20) *Projet de Règlement Général de Education Physique* — Librairie Chapelot — Paris, 1921, "Biblioteca da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde".

(21) O teor do decreto é o seguinte:

"Decreto n.º 14.784 — de 27 de abril de 1921.

Aprova o Regulamento de Instrução Física Militar, destinado a todas as armas, 1.ª parte.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 48, n.º 1, da Constituição, resolve aprovar o Regulamento de Instrução Física Militar, destinado a todas as armas, 1.ª parte, que com este baixa, assinado pelo Dr. João Pandiá Calógeras, Ministro de Estado da Guerra.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1921, 100.º da Independência e 33.º da República.

EPITÁCIO PESSOA.

PANDIÁ CALÓGERAS.

O Regulamento está acompanhado de um Anexo, (22) contendo 73 figuras, demonstrativas dos exercícios indicados.

No ano seguinte, sob a orientação direta da Missão Militar Francesa, o Regulamento entra em plena execução. (23)

A 10 de janeiro de 1922, o Ministro de Estado da Guerra baixou uma Portaria criando o Centro Militar de Educação Física, que, entre outras coisas, estabelecia: (24)

"1.º) O Centro Militar de Educação Física é destinado a dirigir, coordenar e difundir o novo método de Educação Física militar e suas aplicações desportivas.

2.º) A instrução no C.N.E.F. compreende três cursos:

a) curso de Educação Física para oficiais (1.º e 2.º tenentes);

b) curso de Educação Física para sargentos (1.º, 2.º e 3.º sargentos);

c) curso de demonstração para oficiais (capitães, majores e tenentes-coronéis).

O curso de instrutores e monitores será dirigido por um oficial da Missão Militar Francesa, auxiliado por dois oficiais brasileiros conhecedores do novo método de Educação Física e indicados pelo Estado-Maior do Exército".

As circunstâncias, entretanto, não permitiram, apesar da máxima boa vontade de todos, inclusive do Ministro Pandiá Calógeras, que o Centro se instalasse.

O 2.º tenente Ilídio Rômulo Colônia, então auxiliar do instrutor de infantaria da Escola Militar, vai a Joinville, em cuja Escola faz um curso com destaque, regressando, toma a seu cargo a direção da instrução na Escola Militar, e se entrega à tarefa de conseguir, dos alunos do 3.º ano, monitores. Não chega, porém, a ver a sua obra completada, porquanto são os trabalhos escolares interrompidos em virtude da revolta que se verificou a 5 de julho.

(22) Em sua primeira página o Anexo apresenta a seguinte observação:

"As estampas contidas no presente anexo são extraídas da obra de Hebert — Guia Prático de Educação Física — e destinam-se a facilitar a compreensão do Regulamento de Instrução Física Militar. Os números que figuram abaixo das estampas referem-se aos artigos do mencionado Regulamento.

Este anexo será posteriormente substituído por um opúsculo mais completo e correspondendo mais fielmente ao texto do Regulamento da Instrução Física Militar.

(23) A tradução desse Regulamento foi feita na Escola de Sargentos de Infantaria, que desempenhou papel preponderante no início do desenvolvimento da Educação Física entre nós, podendo ser considerada como o núcleo da futura célula máter que a Escola de Educação Física do Exército veio representar na irradiação por todo o país do chamado Método Francês. A E.S.I. tinha por fim a formação de sargentos, recrutados estes entre os melhores elementos possíveis.

(24) Publicada no *Boletim* n.º 453, de 1922.

Ainda nesse ano, passa o tenente João Barbosa Leite a servir como instrutor de Educação Física da Escola de Sargentos de Infantaria, tendo por auxiliar o tenente Jair Dantas Ribeiro. Ministrou-se, então, pela primeira vez no Brasil, Educação Física, com exercícios sistematizados, de cuja prática foram sendo colhidos observações e dados para estudo.

Vitorino Fabiano publica em 1924 um "Manual de Ginástica", (25) cuja matéria se distribui por 29 capítulos. Preconiza no IX capítulo "um método de ginástica educativa individual" e no X um "método de ginástica educativa coletiva".

Em 1926, o Ministério da Guerra publica então o "Manual de Instrução Física", (26) de autoria do capitão João Barbosa Leite e do tenente Jair Dantas Ribeiro. Este livro era o resultado das observações e dados colhidos na Escola de Sargentos de Infantaria e serviu como orientador da tropa para todos os oficiais instrutores. Eis os assuntos nêle contidos: "I — Generalidades; II — O método; III — Organização do trabalho e aplicação do método; IV — Sessão preparatória; VII — Saltar; VIII — Suspender e carregar; IX — Correr; X — Arremessar; XI — Ataque e defesa — XII; Volta à calma; XIII — Descrição dos pequenos jogos coletivos; XIV — Desportos individuais e coletivos."

Essa publicação, com 220 páginas e 274 figuras, relevantes serviços prestou ao Exército, pois foi a única publicação de que o mesmo dispôs até a tradução do chamado "Regulamento Geral de Educação Física" — N.º 7, levado a efeito muitos anos depois.

A 30 de junho de 1927, Jorge de Moraes pronuncia na Câmara dos Deputados notável discurso em que lamenta os 22 anos perdidos, desde a apresentação de seu projeto de criação de duas escolas de Educação Física, uma civil e outra militar, até aquele momento, sem que nada se tivesse feito a favor da Educação Física do povo brasileiro, que dela tanto carecia. Seu discurso é longo, recomendando a adoção do método francês em todo o país e condenando veementemente os métodos cultu-
ristas:

"Completa o quadro a generalidade dos poucos afeiçoados à ginástica, entregues a errôneos exercícios quase sempre protetores do desenvolvimento desarmônico e excessivo dos músculos sob conselho dos Muller, Sandow, Desbonet, e outros supostos educadores do físico humano".

(25) FABIANO, V. — *Manual de Ginástica* — Para os estabelecimentos de ensino secundário, 2.ª Edição, Companhia Gráfica, Editôra Monteiro Lobato, São Paulo, 1924, "Biblioteca Nacional" — III-354-2-4.

(26) *Manual de Instrução Física* — Capitão JOÃO BARBOSA LEITE e tenente JAIR DANTAS RIBEIRO — Imprensa Militar — Rio de Janeiro.

Nesse ano de 1927, a escola de preparação de monitores mantida pela Liga de Esportes da Marinha, diploma, em dezembro, a sua primeira turma, cujo curso tivera a duração de dois anos.

Quando foram baixados os programas, de acôrdo com a regulamentação precedida pelo Decreto n.º 2.940, incluiu-se o "Programa de Educação Física dos Estabelecimentos de Ensino do Distrito Federal", (27) pelo qual se verifica a preferência pelo método sueco, mau grado as preferências do Exército pelo método francês.

Assume, nesse ano de 1928, o Major Pierre Segúr, da Missão Militar Francesa, a direção da Educação Física na Escola Militar, tendo sido especialmente contratado para êsse fim. Inicia-se a execução da 1.ª Parte do Regulamento Geral de Educação Física e aparece o primeiro programa geral unificando a prática dos exercícios físicos e dos desportos na Escola. No intuito de tornar mais eficiente a instrução, o Major Segúr inicia um curso de aperfeiçoamento, semanal, para os subalternos das armas que o auxiliam.

Em 1929, tendo como baluarte os tenentes Inácio de Freitas Rolim e Dr. Virgílio Alves Bastos, entra em funcionamento o Curso Provisório de Educação Física, calcado nos moldes do Centro Militar de Educação Física a que a Portaria Ministerial, de 10 de janeiro de 1922, aludia. Matriculam-se no mesmo, além dos oficiais designados, inúmeros professores públicos primários, para cuja matrícula o Sr. Fernando de Azevedo concedera tôdas as facilidades. Diplomaram-se então: 8 instrutores, primeiros tenentes; 2 médicos primeiros tenentes médicos; 20 professores civis e 60 monitores. Essa foi a turma que primeiro disseminou a doutrina francesa no meio civil e militar, com identidade de idéias, de acôrdo com os rigores do Regulamento.

Nesse ano, o general Nestor Sezefredo Passos submete ao estudo da Comissão de Educação Física um anteprojeto de lei (28) pelo qual, entre outras disposições, a Educação Física era tornada obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino, federais, municipais e particulares, a partir da idade de seis anos, para ambos os sexos. E o artigo 4.º estabelecia: "E' criado um Conselho Superior de Educação Física, que terá por fim centralizar os trabalhos elaborados pelos órgãos técnicos, estudar os documentos providos do estrangeiro, coordenar todos os elementos próprios à criação do Método Nacional de Educação Física e, finalmente, vulgarizar por todos os meios e modos tudo que disser respeito ao assunto". Essa foi a primeira menção de que temos notícias sôbre

(27) *Programas de Educação Física dos Estabelecimentos de Ensino do Distrito Federal* — Rio de Janeiro, 1929.

(28) PASSOS N. — "Anteprojeto de Lei submetido ao estudo da Comissão de Educação Física pelo General Nestor Passos, ministro da Guerra, Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1929 — "Biblioteca da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde".

a necessidade de um Método Nacional de Educação Física. E o art. 41 completava a idéia: “Enquanto não fôr criado o *Método Nacional de Educação Física*, fica adotado em todo o território brasileiro o denominado Método Francês, sob o título de *Regulamento Geral de Educação Física*”.

Esse projeto mereceu uma severa crítica por parte da Associação Brasileira de Educação, principalmente pelo fato de estabelecer a obrigatoriedade de adoção do Método Francês.

A 3 de julho do mesmo ano de 1929, a Associação Brasileira de Educação realiza um grande inquérito a fim de auscultar a opinião dos técnicos e administradores sobre alguns dos problemas da Educação Física. O questionário constava de 4 perguntas, das quais a primeira era esta: “Quais os métodos de Educação Física que julgais aconselháveis nas escolas primárias e secundárias?” E a terceira consulta estava assim redigida: “Em que espécie de instituições devem ser preparados os professores de Educação Física destinados às escolas primárias e secundárias? Achais aconselháveis para tal fim escolas de Educação Física no tipo do Instituto Central de Estocolmo, ou da Escola de Gand ou da Escola de Joinville-le-Pont?”.

Responderam a esse questionário: Alfredo Wood (Pôrto Alegre), Oswaldo Diniz (São Paulo), Ambrósio Torres (Rio de Janeiro), James Summer e Ciro Morais (Montevideu), Alberto Regina (Buenos Aires), Emilio Chapella (Montevideu), Faustino Espozel (Rio de Janeiro) e Artur Azevedo Filho (Rio de Janeiro).

O método francês e a escola de Joinville-le-Pont foram omitidos nas respostas, quando não acerbamente criticados.

A 11 de janeiro de 1930, o Ministro da Guerra Nestor Sezefredo dos Passos assina a seguinte Portaria:

“O ministro de Estado dos Negócios da Guerra, em nome do Sr. Presidente da República, resolve organizar o Centro Militar de Educação Física, que regerá pelas instruções que a esta acompanham”.

O item 94 das “Instruções”, (29) fixava:

“O método de Educação Física a adotar no Centro Militar de Educação Física será aquele expresso no Regulamento Geral de Educação Física”.

A 30 de junho de 1931, a Portaria n.º 70 do Ministro da Educação e Saúde (30), Dr. Francisco de Campos, que baixou os programas de Educação Física para os estabelecimentos de ensino secundário, mandou adotar “as normas e diretrizes plicou a conseqüente adição do Método francês.

(29) *Instruções para o Centro Militar de Educação Física* — Ministério da Guerra, Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército — Rio de Janeiro, 1930.

(30) O Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública fôra criado pelo Decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930.

A 15 de julho desse ano, o Decreto n.º 1.450 do governo do Estado do Espírito Santo baixou as “Instruções” para o funcionamento do Curso de Educação Física, a que se referia o art. 4 do Decreto n.º 1.366, de 26-6-931. Sob a influência direta do Centro Militar de Educação Física, adotou esse Curso o Regulamento Geral de Educação Física.

Finalmente, a 27 de abril de 1932 o Decreto n.º 21.324 aprova a 1.^a e 3.^a partes do Regulamento de Educação Física (31), passando-se então a adotá-las em tôdas as unidades do Exército, inclusive no Centro Militar de Educação Física, onde apenas a situação foi oficializada pelo poder executivo. Esse regulamento é a tradução do “*Règlement Général de Éducation Physique*” (*Méthode Française*), (32) editado em caráter definitivo pelo “Ministère de la Guerre”, também em 1932.

No ano de 1933, a 19 de outubro o Decreto n.º 25.252 criou a Escola de Educação Física do Exército, pela transformação do Centro Militar de Educação Física. O art. 2.º desse decreto prescrevia:

“A Escola terá como objetivos:

- a) proporcionar o ensino do método de Educação Física regulamentar;
- b) orientar e difundir a aplicação do método”.

E o método regulamentar aí mencionado era o Regulamento Geral de Educação Física, como seria natural.

O Decreto n.º 6.583, de 1-8-934, do governo do Estado de São Paulo, organizou a Escola de Educação Física daquele Estado adotando-se lá o Regulamento Geral de Educação Física aprovado pelo Decreto n.º 21.324, de 27-4-931.

Em 1935, o Boletim n.º 18 da Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado de Minas Gerais é consagrado à Educação Física (33) e ali se faz a apologia do método calistênico, que por muitos anos perdurou nesse Estado.

A 9 de janeiro do mesmo ano, o Ato n.º 767 cria no município de São Paulo o Serviço Municipal de Jogos e Recreio, posteriormente substituído pela Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura, ao qual são atribuídos os

(31) O teor do decreto é o seguinte:

“O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil resolve aprovar o Regulamento de Educação Física (1.^a e 3.^a Partes), que com este baixa, assinado pelo General de Divisão José Fernandes Leite de Castro, Ministro de Estado da Guerra. — GETÚLIO VARGAS”.

(32) *Règlement Général de Éducation Physique* — *Méthode Française*, Ministère de la Guerre, Charles, Lavauzelle & Cie. Éditeurs militaires, Paris, 1932.

(33) *Educação Física* (Jogos e Calistenia) — Contribuição da Inspeção de Educação Física, Secretaria da Educação e Saúde Pública, Boletim n.º 18 — Belo Horizonte, 1935.

parques infantis da municipalidade. Nestes se toma por base a orientação americana para a Educação Física das crianças, baseada por excelência na recreação.

Pelo Decreto n.º 7.688, de 28 de maio de 1936, do Estado de São Paulo, a Escola de Educação Física da Força Pública é regulamentada, adotando-se ali o Regulamento Geral de Educação Física.

Em 1937, a Lei n.º 378, de 13 de janeiro, que reorganizou os serviços do Ministério da Educação e Saúde Pública, instituiu a Divisão de Educação Física, por onde, de acordo com o art. 12 "correrá a administração das atividades relativas à Educação Física". A D.E.F. recomendou e fez adotar nos estabelecimentos de ensino secundário o Método Francês.

O Decreto n.º 508, de 18-8-938, do governo de Santa Catarina, regulamentou o Curso Provisório de Educação Física, que, entrando em funcionamento, adotou o Regulamento Geral de Educação Física.

Ainda em 1938, a Divisão de Educação Física fez funcionar um Curso de Emergência para a formação de professores de Educação Física, sob o patrocínio do Departamento Nacional de Educação e com a colaboração da Escola de Educação Física do Exército e do Instituto de Educação. Nesse Curso, que habilitou 165 professores de Educação Física e 78 médicos especializados, foi adotado o Método Francês.

A 3 de março de 1939, o Decreto-lei n.º 168, do Estado do Piauí, criou o Curso Especial de Educação Física, estatuinto em seu art. 6.º: "Até que seja estabelecido um método de educação física nacional, fica adotado nos estabelecimentos de ensino o Método Francês de Educação Física, por ser o mesmo racional, científico, moderno e eclético, perfeitamente adaptável ao nosso temperamento".

Finalmente, a 17 de abril de 1939, o Decreto-lei n.º 1.212 criou, anexa à Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, que também adotou o Método Francês de Educação Física.

Há que assinalar ainda o Curso Normal de Educação Física do Estado de Pernambuco, autorizado a funcionar pelo Decreto n.º 8.919, de 4-3-942, a Escola de Educação Física e Desportos do Estado do Paraná, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 9.890, de 7-7-942, e a Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 7.219, de

27-5-941 que também vieram a adotar o Regulamento Geral de Educação Física.

E foi por esta forma que se difundiu por todo o território nacional o Regulamento Geral de Educação Física, mais conhecido por Método Francês.

BIBLIOGRAFIA

ADRIEN, E.L. e CAMARGO, J.D. — *Jogos Ginásticos para uso das escolas* — São Paulo, 1915.

AZEVEDO, F. — *A Poesia do Corpo ou da Ginástica Escolar* — Belo Horizonte, 1915.

CLAPARÈDE — E. — *Educação funcional* — São Paulo, 1940.

FABIANO, V. — *Manual de Ginástica* — São Paulo, 1924.

FERNANDES, M.G. — *Da educação, sob o ponto de vista da higiene pedagógica* — Rio de Janeiro, 1903.

HIGGINS, A. — *Manual de Ginástica Higiênica* — Capital Federal, 1902. "Compêndio de Ginástica Escolar" — Rio de Janeiro, 1911.

LEITE, J.B. e RIBEIRO, J.D. — *Manual de Instrução Física* — Rio de Janeiro, 1926.

MORAIS, J. de — *Educação Física* — Manaus, 1906.

NASCIMENTO, D. — *Homem Forte* — Curitiba, 1900.

O.D.C. — *Guia da Capoeiragem ou Ginástica Brasileira* — Rio de Janeiro, 1906.

PESTALOZZI — *Loenardo Y Gertrudis* — Madrid, 1913. "Como ensina Gertrudis a sus hijos".

PASSOS, N. — *Anteprojeto de Lei submetido ao estudo da Comissão de Educação Física* — Rio de Janeiro, 1929.

REIS, A. — *Manual de Ginástica a Corpo Livre* — Rio de Janeiro — 1919.

REIS, E.V. — "Educação Física da infância e da Mulher" — Rio de Janeiro, 1910.

SOUZA, A.M. — *Educação Física — Abertura do Curso* — Manaus, 1908.

Diário do Congresso Nacional — n.º 72-10 de julho de 1927.

Educação Física — Jogos e Calistenia — Belo Horizonte, 1935.

Guia Prático de Educação Física — Rio de Janeiro, 1920.

Instruções para o Centro Militar de Educação Física — Rio de Janeiro, 1930.

Instrução Regulamentar de Ginástica — Rio de Janeiro, 1921.

Programa de Educação Física dos Estabelecimentos de Ensino no Distrito Federal — Rio de Janeiro, 1929.

Projet de Règlement Général de Éducation Physique — Paris, 1921.

Règlement Général de Éducation Physique — Paris, 1932.

Regulamento de Educação Física — 1.^a e 2.^a partes.

Decreto n.º 14.784, 27 de abril de 1921 — Governo Federal.

Portaria de 10 de janeiro de 1922, do Ministério da Guerra.

Decreto n.º 2.940, de 29 de novembro de 1928 — Governo do Distrito Federal.

Portaria n.º 70, 30 de junho de 1931 — Ministério da Educação e Saúde.

Decreto n.º 1.450, de 15 de julho de 1931 — Governo do Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 21.324, de 27 de abril de 1932 — Governo do Distrito Federal.

Decreto n.º 1.366, 26 de junho de 1931 — Governo do Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 25.252, 19 de outubro de 1933 — Governo do Distrito Federal.

Decreto n.º 6.583, 1 de agosto de 1934 — Governo do Estado de São Paulo.

Boletim n.º 18 — Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado de Minas Gerais.

Ato n.º 767, 9 de janeiro de 1935 — Governo Municipal de São Paulo.

Decreto n.º 7.688, de 28 de maio de 1936 — Governo do Estado de São Paulo.

Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937.

Decreto n.º 508, de 18 de agosto de 1838 — Governo do Estado de Santa Catarina.

Decreto-lei n.º 168, de 3 de março de 1939 — Governo do Estado do Piauí.

Decreto-lei n.º 1.212, 17 de abril de 1939.

Decreto n.º 7.219, 27 de maio de 1941 — Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 8.919, de 4 de março de 1942 — Governo do Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 9.890, 7 de julho de 1942 — Governo do Estado do Paraná.